

VELHAS E NOVAS SUBJETIVIDADES FASCISTAS: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO 8 DE JANEIRO DE 2023 NO BRASIL¹.

Matheus Guelber Correa ²

Livia Rinco de Oliveira

Mariana Fontes Friaça da Costa

Rodrigo Bandeira de Oliveira e Silva

Anna Sophia Poncinelli Garcia Rodrigues

Ana Clara Bernardino Reis

Ana Luiza Fernandes Barbosa

Conrado Pável de Oliveira³

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo propor uma análise psicossocial acerca da questão do fascismo no século XX e também do contexto dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023 no Brasil. Para isso foram utilizadas diversas fontes clássicas da Psicologia do século XX, Freud, Fromm, Reich, Adorno e Festinger que contribuíram para análise psicológica dos fenômenos em torno à problemática do fascismo e no contexto contemporâneo dos extremismos políticos no Brasil. No segundo momento foram apresentadas análises a partir de pesquisa documental sobre o relatório final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou os atos golpistas que aconteceram no dia 08 de janeiro de 2023 no Brasil e, com isso, foram propostas reflexões a partir da Psicologia Política latino-americana de Martín-Baró e Dobles para a discussão sobre a configuração e expressões atuais da subjetividade fascista.

Palavras-chave: Fascismo. Subjetividade. Psicologia Política.

¹ Artigo apresentado a partir do projeto de Iniciação Científica Análise Psicossocial do Fascismo à Brasileira do Centro Universitário Academia (UniAcademia)

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia).

³ Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia).

1. INTRODUÇÃO

O dia 8 de janeiro de 2023 entrou definitivamente para a história do Brasil. Foi quando, centenas de pessoas mobilizadas por extremismos ideológicos, invadiram as sedes dos três poderes republicanos em Brasília, em uma tentativa de golpe que buscou ferir a Constituição cidadã e o Estado Democrático de Direito. A Ciência Política, Sociologia, Economia, História, Direito e diversos outros campos de saber são convocados a trazer contribuições para a análise sobre o 8 de janeiro de 2023, suas origens e seus desdobramentos para a realidade cotidiana da população brasileira. Mas, e a Psicologia, ela também pode contribuir com suas análises deste fato social?

A resposta pode parecer óbvia: a psicologia deve estudar esses fatos porque são realizados por pessoas. São, portanto, ações de sujeitos, individuais ou coletivos. No relatório final da *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023*, chama-se a atenção para o fato de que a grande maioria das pessoas envolvidas na tentativa de golpe que depredou bens materiais e culturais não tinham histórico de antecedentes criminais (BRASIL, 2023). Conforme o documento, "A questão que se impõe [...] é o que leva um grupo de pessoas — que, de início, podia ser aparentemente pacífico — a trivializar a violência e a banalizar o mal." (BRASIL, 2023, p. 78). Mais do que isso, o relatório define a compreensão de como pessoas comuns foram capazes de atos tão radicais como a questão mais relevante do evento em destaque.

Considerando, portanto, a dimensão psicossocial presente no contexto deste famigerado evento que marcará definitivamente a história do país, torna-se necessário convocar a Psicologia, em sua diversidade de abordagens epistemológicas, a trazer possíveis análises que contribuam para a compreensão do processo que quase levou o Brasil a uma ruptura institucional.

Algumas questões são candentes e motivaram a realização desse estudo: o 8 de janeiro de 2023 é um fenômeno novo, inédito, ou mais uma página violenta de nossa história? O que mobilizou as pessoas comuns a se engajarem neste ato de extremismo político? Os estudos psicológicos clássicos que contribuíram para uma compreensão do fascismo na Itália e Alemanha no século XX podem contribuir

também para possíveis análises do fenômeno contemporâneo dos atos golpistas no Brasil.

No presente trabalho serão propostas, na primeira seção, reflexões em torno do conceito de fascismo, de acordo com a obra do filósofo brasileiro Leandro Konder. Em seguida, baseados numa breve síntese de clássicos estudos de Psicologia - desde a transformação das teorias psicodinâmicas de Freud, Reich, Fromm, Adorno, até à teoria da dissonância cognitiva de Festinger - serão traçadas possíveis interpretações tanto do fascismo ocorrido na Itália e na Alemanha no século XX, quanto do contexto que marcou o episódio do 8 de janeiro de 2023 no Brasil. Para contribuir no aprofundamento da discussão, além de uma pesquisa documental sobre o *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023*, serão propostas análises psicossociais a partir da psicologia política latino-americana de Martín-Baró desenvolvida na década de 1980 e das atuais reflexões de Dobles sobre a emergência de novas subjetividades fascistas contemporaneidade.

2. O QUE É O FASCISMO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O fascismo pode ser considerado um dos fenômenos mais significativos do século XX e ao tentar compreendê-lo é preciso analisar esse conceito com o necessário rigor científico. Trata-se de um fenômeno complexo que não se resume aos conceitos de ditadura e autoritarismo tampouco a quaisquer movimentos reacionários, conversadores e, até mesmo, tiranos (Konder, 2009).

As práticas sociopolíticas e econômicas de Benito Mussolini e Adolf Hitler são pioneiras do fascismo, inaugurando assim uma nova concepção política do campo da direita, que ideologicamente representa sempre a existência e exigências de forças sociais comprometidas com a conservação um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade da classe dominante, resultando assim no conservadorismo (Konder, 2009).

Para Konder (2009) é preciso elucidar o conceito de direita para uma correta compreensão do fenômeno do fascismo, uma vez que para ele, a direita didaticamente a direita pode ser considerada como um gênero e o fascismo como uma espécie. Dessa forma é possível analisar e apresentar o quadro de evolução desse fenômeno dentro do campo político da direita.

De acordo com Konder (2009), apesar do conservadorismo intrínseco da direita, ela não se exprimia na realidade de forma a promover uma política de resistência passiva à mudança, uma vez que para ocasionar uma política eficaz é preciso que exista iniciativas concretas. Dessa forma a ideologia da direita encerra uma contradição interna, uma vez que:

O próprio sistema em cuja defesa as classes dominantes se acumpliciam – um sistema que gravita em torno da competição obsessiva pelo lucro privado – impede que as forças sociais em que consiste a direita sejam profundamente solidárias: elas só se unem para os objetivos limitados da luta contra o inimigo comum (Konder, 2009, p. 28).

Ao empregar o fascismo como um movimento super-relativista, Mussolini estabeleceu um mito que obtivesse o valor supremo de comover incessantemente a população italiana, criou-se então o mito da pátria, atribuindo a nação italiana uma unidade fictícia idealizada. Tal estratégia foi replicada por Hitler e radicalizada na Alemanha. Dessa forma, a população italiana e alemã ao invés de enxergar seus compatriotas capitalistas como exploradores os enxergavam como vítimas de uma exploração internacional (Konder, 2009).

Esse recurso do mito da nação foi eficaz pois o capitalismo estava na fase do imperialismo, quando o capital bancário havia se fundido com o capital industrial, promovendo a exportação sistemática do capital e assim uma competição para a exploração imperialista. A partir da derrota de alguns países na guerra de 1914-1918, o ressentimento nacional se intensificou, sendo possível para o fascismo recrutar adeptos em todas as classes sociais (Konder, 2009).

Dessa forma, o mito da nação foi utilizado como estratégia a fim de satisfazer os ideais de uma vida comunitária, uma vez que devido às condições impostas pelo capitalismo, os indivíduos se afastavam uns dos outros, apagando as experiências coletivas. Com a crise do movimento socialista, o fascismo se colocou como a alternativa para oferecer pertencimento. Os alemães passaram a ter entusiasmo em pertencer à "raça ariana" e os italianos com a ideia de serem herdeiros do antigo império romano. Essa estratégia denominada como chauvinismo fascista foi um fator primordial para o estabelecimento dos regimes fascistas (Konder, 2009).

Como analisa Konder (2009), o fascismo foi o primeiro movimento conservador a utilizar métodos modernos de propaganda, criando a sociedade de massas de consumo dirigido. O fascismo notou o crescimento de investimentos em propagandas

de produtos dos donos de indústria e o replicou a fim de abranger novas técnicas e meios de comunicação como ferramenta de ação política, dessa forma:

Por ter pragmaticamente renunciado a empenhar-se nas formas necessariamente complexas da elaboração teórica, doutrinária, o fascismo, concentrando-se nas formas simples da agitação, levou vantagem sobre as demais forças representativas da direita e explorou com maior proveito que elas as possibilidades oferecidas pelo rádio (Konder, 2009, p. 48).

Os investimentos massivos em meios de comunicação e propaganda fascista, que foram realizados por grandes industriais e banqueiros, evidenciam o forte vínculo entre o fascismo e o capital financeiro da época, uma vez que o capitalismo precisava ser conservado e a única forma de conservação seria promover reformas que suprimisse obstáculos a sua manutenção, era necessário a acentuação da concentração do capital, a interdependência entre monopólios e um "Estado Forte", resultando assim em um capitalismo monopolista de Estado (Konder, 2009).

O fascismo é, então, um movimento político de conteúdo conservador, chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, e antioperário, ele surge e se estabelece em condições históricas especiais na qual há o aniquilamento de forças potencialmente antifascistas e a partir da sociedade de massas de consumo dirigido. Ele é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo culminando na existência do capital financeiro. Dessa forma ele busca implantar o capitalismo monopolista de Estado promovendo uma política de concentração do capital (Konder, 2009).

O que principalmente interessa no presente estudo é que o fascismo, de acordo com Konder (2009), é um movimento político ideológico de conteúdo social conservador que se serve de mitos irracionistas que são conciliados com estratégias de manipulação da racionalidade. Tal afirmativa abre espaço para possíveis contribuições da Psicologia para a compreensão desse fenômeno.

3.1. Teorias psicodinâmicas de Freud, Reich, Fromm e Adorno e suas aproximações com o fascismo

Sigmund Freud, em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, tece reflexões sobre como a mente coletiva expressa pelas ideias, pensamentos e ações que surgem da heterogeneidade de um dado grupo é capaz de forçar uma alteração no sujeito. Entretanto, nesta circunstância, o inconsciente individual reprimido emerge

sem nenhum senso de responsabilidade ou consciência. Por causa disso, os instintos inibidos retornam, quando encontram identificação em formas grupais, tendo por base a sede de obediência a uma figura ideal, o líder (Freud, 1996).

Konder (2019) aponta em seu texto que, no fenômeno do fascismo, a variedade de grupos existentes na sociedade, como a Igreja e o Exército, reflete diferentes necessidades da vida humana. Os impulsos a que cada grupo cede depende em suma do interesse imperioso da identificação com o líder; porém, Freud se atenta a um denominador comum: “um sentimento de onipotência: para o indivíduo num grupo a noção de impossibilidade desaparece” (Freud, 1996, p. 88). Os grupos heroicos ou cruéis se aproximam quanto à postura do líder: é necessário que ele exerça sobre os membros grande influência de credulidade. Talvez seja esse o primeiro indicativo de que a obra de Freud pode auxiliar na compreensão dos grupos fascistas e de suas lideranças marcantes ao longo da história.

De fato, foi possível observar nos movimentos que culminaram nos atos golpistas de 8 de janeiro, uma dependência à figuras de liderança que aglutinaram com relativa coesão interna um grupo de pessoas em torno do medo diante da ameaça do fantasma do “comunismo” (Brasil, 2023).

Outro destacado psicanalista, Erich Fromm, publicou, em 1941, a obra *O Medo à Liberdade*, cujo objetivo era o de estudar as causas psicológicas que permitiam a ascensão de sociedades supressoras da liberdade do ser humano. Em sua investigação, o autor conclui que a crescente individualização do indivíduo moderno — que passou a não mais se sentir vinculado à natureza e ao mundo social — levou à criação de um sujeito perplexo e inseguro. Conforme Fromm,

Esta separação de um mundo, que em comparação com a existência individual de cada um é esmagadoramente forte e perigoso, cria uma sensação de impotência e angústia. Enquanto se era parte integral daquele mundo, sem perceber as possibilidades e responsabilidades da ação individual, a gente não tinha de ter medo. Quando se passa a ser um indivíduo, fica-se só e enfrenta-se o mundo em todos os seus aspectos perigosos e avassaladores (Fromm, 1983, p. 33)

Fromm aborda também relação do advento do capitalismo com a formação do sujeito solitário. O paradigma da atividade individualista, segundo o qual o sucesso ou o fracasso dependeriam unicamente do esforço do indivíduo, leva a um sujeito cada vez mais isolado, e esta forma de subserviência ao sistema econômico engendra “[...] um sentimento de insignificância e impotência” (Fromm, 1983, p. 96).

Com este panorama, Fromm (1983) defende que elementos como o nacionalismo e a religião, bem como outros costumes e crenças, mesmo os degradantes ou absurdos, servem como refúgios contra o isolamento ao vincular os indivíduos por meio de símbolos e referências comuns. Ademais, ao defrontar-se com o aspecto amedrontador da liberdade, o sujeito torna-se propenso a fugir desta por meio de submissões e dependências — inclusive a governos e figuras autoritários.

Konder (2019) realiza um diagnóstico similar ao abordar o capitalismo, afirmando que o sujeito, no contexto de competição e de desconfiança, passa a sentir-se angustiado e assustado. Neste sentido, é compreensível a emergência de um anseio dos indivíduos de se integrar em comunidades que possam completá-los (Konder, 2019). O fascismo recorre, precisamente, ao nacionalismo como forma de angariar os indivíduos em torno de seu ideário. Já em suas primeiras experiências, na Europa, “[...] o fascismo passou a se empenhar a fundo na apresentação do seu mito da nação como algo capaz de satisfazer às exigências de vida comunitária” (Konder, 2019, p. 44-45).

De fato, como pontua o autor, o mito da nação foi extremamente efetivo para alcançar adeptos nas mais diversas classes sociais, inclusive nas que não lucrariam com a política fascista. Complementar a isso, Fromm (1983) aborda a condição do trabalhador, que precisa vender a si mesmo em troca de dinheiro. Essa circunstância, evidentemente, prejudica a autoestima de quem não obtém prestígio social e econômico. Para esses indivíduos, o sentimento de orgulho nacional fornece um senso de importância, inclusive conferindo-lhes uma sensação de superioridade em relação a outros grupos sociais, o que compensaria a inferioridade que sentem por sua condição social (Fromm, 1983).

No podcast *O Assunto #877: Por dentro do acampamento golpista*, Natuza Nery entrevista Anna Reis e Afonso Ferreira, dois jornalistas que se infiltraram no grupo de bolsonaristas acampados em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, principalmente no período entre o resultado das eleições presidenciais em 2022 e o dia 08 de janeiro de 2023. É interessante observar os relatos de ambos a respeito do perfil dos indivíduos inseridos neste contexto. Um dos aspectos evidenciados é o caráter solitário desses sujeitos (O Assunto..., 2023). Como aponta Afonso Ferreira,

Parecia um perfil de pessoas solitárias assim (sic), que não tinham um bom relacionamento com a família, não tinham um bom relacionamento com

vizinhos... E eu percebi que ali parece que eles encontram o grupo deles, sabe? (sic) Construíram uma família (O Assunto..., 2023).

Conforme supracitado, Erich Fromm (1983) apontava que elementos como costumes, crenças, religião e nacionalismo, mesmo se degradantes ou absurdos, auxiliam na formação de uma comunidade de indivíduos, afastando-os do isolamento. Os indivíduos passam a se sentir, portanto, conectados um ao outro. Neste sentido pode ser compreendido o perfil solitário a que se refere Afonso Ferreira, aplacado a partir da construção de uma 'família' entre os demais sujeitos acampados, que compartilhavam o mesmo conjunto de ideais:

Intoxicados pelo medo, presos à seita, os bolsonaristas perdem o contato, não apenas com a realidade, mas até mesmo com a família. Foram inúmeros os testemunhos reportados de famílias desfeitas e manifestantes que deixaram tudo e todos para lutarem contra o "comunismo" (Brasil, 2023, p.110).

Neste contexto, como referenciado em Konder (2019), é natural o surgimento de um anseio por vínculos comunitários que possam completar o sujeito. Este autor abordou como o mito da nação, no contexto do fascismo clássico, foi capaz de angariar os indivíduos em torno deste vínculo. A este respeito, também pode-se perceber o compartilhamento de símbolos nacionalistas nos referidos acampamentos, bem como na invasão do congresso, ocorrida posteriormente (BRASIL, 2023).

Além disso, é importante resgatar a memória histórica da sociedade e perceber como algumas situações se repetem. Neste tema, as contribuições de Wilhelm Reich, em *Psicologia de Massas do Fascismo*, se fazem relevantes. Para o autor, "Hitler insistiu incansavelmente em que devemos nos dirigir às massas não com argumentos, provas e conhecimentos, mas por meio de sentimentos e crenças" (Reich, 1988, p.80). Este apelo emotivo pode ser observado no discurso dos acampados, com falas como "agora é matar ou morrer" e "aqueles que compactuam com eles são dignos de morte, então se você voltar, se você compactuar com a esquerda, você é digno de morte. A esquerda quer destruir a família e o que Deus criou" (O Assunto..., 2023).

Freud (1996) tem reflexões que complementam este argumento de Reich. Para ele, a eloquência da liderança pouco importa para a finalidade do grupo; não é necessária uma ordenação lógica de argumentos e direcionamentos. Isto é, o líder não se preocupa com o discernimento crítico de seus seguidores, pois sabe que todos

estão vinculados pelo contágio instintivo da sugestionabilidade. Portanto, o que o grupo tem como necessidade é a ilusão e a obediência cega, uma vez que não anseiam pela verdade (Freud, 1996).

Sobre a rotina do acampamento, os sujeitos tinham horários para alimentação, orações e marchas de estrutura militar (O Assunto..., 2023). Além disso, existia uma espécie de tenda religiosa onde um padre ouvia confissões (BRASIL, 2023), trazendo à tona a ideia de que

a estrutura do fascismo caracteriza-se pelo pensamento metafísico, fé não ortodoxa, obsessão por ideais éticos abstratos e fé na predestinação divina do fúhrer. Estas características estão associadas a um estrato mais profundo, que se caracteriza por uma forte ligação autoritária a um fúhrer ideal ou à nação. (Reich, 1988, p.52).

Conforme Reich, “o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação” (1988, p.45). Nesse sentido, foi relatado, após voltar dos atos de violência, um certo orgulho daqueles que saíram, de alguma forma, feridos. Segundo o relatório da CPMI:

os condenados do Oito de Janeiro usam as tornozeleiras eletrônicas como signos de prestígio social e as ostentam, orgulhosamente, até mesmo nas próprias cerimônias de casamento³⁶; de que segmentos importantes da sociedade brasileira, classe política incluída, glamourizam a violência dos atos antidemocráticos e transformam seus perpetradores em heróis (Brasil, 2023, p. 81).

Outro autor de destaque no contexto das teorias psicodinâmicas é Theodor Adorno, juntamente com seu grupo de pesquisadores Levinson, Frenkel-Brunswik e Sanford. O livro *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*, publicado na década de 50, descreve as técnicas, metodologias e aportes teóricos que sustentaram a pesquisa empírica após a queda dos regimes fascistas ao final da Segunda Guerra Mundial. A pesquisa discute a relação entre as convicções políticas do indivíduo e sua personalidade a partir de entrevistas com diferentes grupos norte-americanos e análise destes dados:

as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como se unidades por uma “mentalidade” ou por um “espírito”, e que esse padrão é uma expressão de tendências profundas em sua personalidade. (Adorno, 2019, p. 71)

A originalidade da obra sustenta-se, principalmente, em seu recorte temporal e objetivo da pesquisa: os autores não estudaram sujeitos assumidamente fascistas, mas sim aqueles que poderiam apresentar certa suscetibilidade à propaganda antidemocrática (Adorno, 2019, p. 71). Após a derrota do Eixo na Segunda Guerra

Mundial, assumir-se fascista não apenas apontava para uma posição fracassada, mas para um movimento contrário ao fôlego teoricamente democrático que se anunciava na política ocidental. Logo, a proposta dos autores não se sustenta pela categorização de um “tipo fascista ideal” em vias subjetivas, mas como as determinações políticas, sociais e econômicas estão relacionadas com o “vir a ser” fascista na construção da personalidade.

Sendo assim, a relação entre universal e particular não assume caráter antagonista na obra. Os autores defendem que a ideologia não se fundamenta em uma perspectiva meramente individual, espontânea e descolada da realidade. Pelo contrário, as formações ideológicas estão condicionadas aos processos históricos e eventos sociais de cada época (Adorno, 2019, p. 73). A ideologia é, nesse sentido, estratégias de reprodução do poder que sustentam relações de dominação:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. (...) Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe, a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (Engels; Marx, 2001, p. 48)

Ainda que considerem a essencialidade das fundamentações históricas e objetivas na construção da ideologia, os autores defendem o *foco subjetivo* de sua pesquisa ao se debruçarem sobre o nível de suscetibilidade individual diante da propaganda antidemocrática:

Se há um aumento marcante de propaganda antidemocrática, devemos esperar que algumas pessoas aceitem e a repitam imediatamente, que outras o façam quando parecer que “todo mundo acredita nela”, enquanto outras nunca a aceitarão. Em outras palavras, os indivíduos variam em sua suscetibilidade à propaganda antidemocrática, em sua prontidão em exibir tendências antidemocráticas (Adorno, 2019, p. 77).

O grau de aderência ao pensamento antidemocrático estaria relacionado, portanto, a condições subjetivas. Contudo, tais condições não são construídas em um vácuo histórico: ainda que as particularidades afetivas e subjetivas de cada indivíduo impactem suas convicções políticas, essas mesmas particularidades são materialmente construídas. Portanto, ainda que Adorno, Levinson, Frenkel-Brunswik e Sanford apostem no foco subjetivo para a compreensão das chamadas “personalidades autoritárias”, os autores não ignoram a dimensão objetiva, implacável em tal construção.

Considerando a dimensão da suscetibilidade e o “vir a ser” fascista, os autores definem a personalidade como aquilo que está por trás do comportamento, ou seja, enquanto a primeira relaciona-se a prontidão para a resposta, o segundo seria a resposta em si (Adorno, 2019, p. 79). Logo, a personalidade seria um conjunto de forças organizadas no interior do indivíduo e tais forças ofereceriam fôlego ao comportamento. Tal questão é essencial para o entendimento da pesquisa, visto que os autores não desejam avaliar as ações dos sujeitos, mas o seu pensamento sobre fatores essenciais para a construção da ideologia fascista.

Porém, estas forças interiores são construídas a posteriori, ou seja, na relação dialética do indivíduo com o mundo. Ao passo que a formação da personalidade esteja intimamente ligada às experiências da primeira infância e a dinâmica familiar do sujeito, fatores econômicos e sociais brutos interferem diretamente na construção subjetiva (Adorno, 2019, p. 80). Logo, não há antagonismo entre universal e particular, mas uma fundamental experiência dialética: para os autores, a personalidade opera como uma “agência mediadora” entre as influências sociológicas e ideologia.

Se os autores flertam com a influência material na construção da personalidade potencialmente fascista, Leandro Konder (2009) expõe claramente as condições históricas que favoreceram a ascensão do fenômeno. Ao conceber o fascismo como uma expressão particular da direita, Konder afirma que a segunda criou as condições para o estabelecimento da primeira: no plano cultural, a direita organizou um bombardeio constante as convicções democráticas e coletividade do proletariado. O proletariado, compreendido como acrítico, apolítico e ahistórico, teve sua coletivização saqueada pela divisão social do trabalho e consequente oposição entre tarefas intelectuais e tarefas manuais. Os preconceitos aristocráticos, assim chamados por Konder, influenciaram o distanciamento das forças progressistas e massas e o trabalho político direcionado por e pelo proletariado passa a ser ignorado (Konder, 2009).

O discurso energético, combinado à imagem de um líder aglutinador de massas, foi essencial para que o fascismo se tornasse o maior movimento político de massas do século XX. Tanto Konder (2009) quanto Adorno (2019) atribuem grande importância à propaganda fascista no jogo de forças do fenômeno. E, ainda que o Eixo tenha sido derrotado na Segunda Guerra Mundial e o fascismo clássico tenha sido derrotado, as expressões do fenômeno não se esgotaram em 1945: se a propaganda fascista das décadas de 30 e 40 aproveitavam-se dos meios de

comunicação impressos, a contemporaneidade abre novas abas tecnológicas para a disseminação desta ideologia.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI, aberta para responsabilizar legalmente os atores partícipes dos atos golpistas do 8 de janeiro, também aponta para a atuação das big techs na disseminação de propagandas antidemocráticas e notícias falsas. A senadora Eliziane Gama, relatora da comissão, elaborou um documento denunciando a participação destas empresas, apontando para a livre circulação de notícias falsas que fortaleceram a organização dos atos golpistas (Brasil, 2023). A senadora ainda aponta para a periculosidade da dinâmica tecnológica atual na organização de algoritmos incitadores de ações que golpeiam a democracia. Logo, é perceptível que a propaganda fascista, combinada ao financiamento da classe dominante, assume novos contornos digitais no século XXI, demonstrando a capacidade de mutação do fascismo de acordo com seu tempo histórico.

3.2. A Teoria da Dissonância Cognitiva de Leon Festinger

Em 14 de novembro de 2022, logo após a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o início das intensas manifestações dos apoiadores do então presidente Jair Messias Bolsonaro, o Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal, em discurso proferido durante evento organizado por grupo de empresários paulistas, afirmou que a recusa de parte da população em aceitar o resultado das eleições demonstrava um "estado de dissonância cognitiva coletiva":

Importantes segmentos da sociedade manifestaram - e continuam a manifestar - uma postura de questionar o exercício jurisdicional do Supremo [Tribunal Federal] e do TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. No limite, recusam-se a aceitar o resultado das eleições. Esse quadro merece atenção porque denota estado de dissonância cognitiva coletiva, cuja prolongação no tempo também parece ter ocasionado modificações profundas na sociedade brasileira⁴.

Neste mesmo sentido, descreveu o professor Bruno Stigert em sua coluna no jornal Tribuna de Minas, que o Brasil se encontrava em uma verdadeira dissonância democrática cognitiva, "traduzida como espaço de diálogos dentro da sociedade e

¹<https://www.otempo.com.br/politica/judiciario/gilmar-ha-dissonancia-cognitiva-coletiva-com-recusa-ao-resultado-das-eleicoes-1.2766192>

entre esta e o Estado, com propósito de tomar as decisões sobre os rumos da comunidade”:

Enfim, vivemos um período de democracia dissonante cognitiva, no qual crenças radicais saíram do armário e reencontraram ecos no espaço político. Nesse contexto, as mentiras viram argumento e o recrutamento de radicais é potencializado. Essa paisagem ganha contornos dramáticos pela repetição vazia de termos importantes como liberdade. Aliás, repetir palavras vazias é estratégia conhecida, tal como defendia Goebbels, ministro de Hitler “uma mentira repetida mil vezes torne-se verdade⁵.

Na obra clássica *Teoria da Dissonância Cognitiva*, Leon Festinger (1957) propôs, em apertada síntese, que diante da existência de dois ou mais elementos de conhecimento que conflitam entre si, nascerá um estado de desconforto psicológico que impulsionará o indivíduo a buscar um equilíbrio (consonância), reduzindo a inconsistência existente. Ou seja, é o “desequilíbrio” entre qualquer conhecimento, opinião ou convicção sobre o meio ambiente, sobre nós próprios ou o nosso comportamento, que leva o indivíduo a buscar ativamente por uma harmonia. Destarte, duas são as hipóteses básicas enunciadas por Festinger (1957). Primeiramente, A existência de dissonância, ao ser psicologicamente incômoda, motivará a pessoa para tentar reduzi-la e realizar a consonância. Quando a dissonância está presente, a pessoa, além de procurar reduzi-la, evitará ativamente situações e informações suscetíveis de aumentar a dissonância.

Ademais, esclarece Festinger (1975) a necessidade de avaliação da resistência à mudança de cada elemento no processo natural de redução da dissonância. Cada elemento envolvido no desequilíbrio cognitivo, seja de natureza ambiental ou comportamental, pode possuir alicerce em constructos fundamentais e de difícil alteração, como no paralelo entre uma realidade externa e uma crença interna, que impede a simples extinção de um dos elementos dissonantes. Dois processos principais de busca por redução da dissonância cognitiva merecem destaque: a busca pelo apoio social para as opiniões que deseja manter, especialmente quando há um número razoavelmente grande de pessoas que compartilham a mesma opinião; e a busca por informações que proporcionam uma

⁵ <https://tribunademinas.com.br/colunas/fieldabalanca/29-09-2021/democracia-em-dissonancia-cognitiva.html>

cognição consoante, associada necessariamente à evitação de informações que reforcem a dissonância.

A partir das duas hipóteses centrais da Teoria da Dissonância Cognitiva é possível compreender por que os renomados juristas inicialmente mencionados buscaram na teoria de Leon Festinger o respaldo necessário para descrever o cenário social e político brasileiro após as eleições presidenciais de 2022, que cominaram nos ataques de cunho fascista à democracia nos eventos de oito de janeiro de 2023 em Brasília. Em um cenário em que a parcela derrotada se travestia de adjetivos como “cidadão de bem, defensor da família, da moral e dos bons costumes”, a eleição de um candidato situado à esquerda do espectro social, com discursos pautados na igualdade de gênero, na defesa de grupos marginalizados e na distribuição de renda, rompeu um verdadeiro surto de dissonância cognitiva. A tamanha *magnitude* da dissonância entre as crenças nucleares dos apoiadores de Bolsonaro e a realidade de liberdade, aceitação e igualdade trazida pela renovação eleitoral levou os mesmos ao imediato impulso de reunião entre seus pares, que partilhavam dos mesmos ideais, como forma de redução da dissonância cognitiva.

Conforme descrito no Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 08 de janeiro de 2023, após manifestação pública do candidato derrotado de que “manifestações pacíficas seriam sempre bem-vindas”, diversos apoiadores do então presidente se reuniram em frente a quartéis e unidades militares de todo o Brasil, reproduzindo uma estética uniforme, no intuito de demonstrar apoio às Forças Armadas para uma eventual ruptura institucional em defesa da ética e da moral comum aos manifestantes. Para além dos aspectos políticos e sociais oriundos dos agrupamentos antidemocráticos prévios ao ato de 08 de janeiro, denota-se do impulso de reunião e confinamento dos apoiadores de Bolsonaro exclusivamente com aqueles que compartilhavam dos mesmos pensamentos uma tentativa extrema de redução da dissonância cognitiva através da busca por apoio popular ao elemento cognitivo dissonante.

Nesse caso, a redução da dissonância cognitiva não ocorreu pela sobreposição da realidade sobre as crenças fundamentais dos apoiadores de Bolsonaro, mas sim pelo reforço das crenças basilares e negação na realidade socialmente imposta. Movimento semelhante é descrito por Festinger (1957; p. 215)

ao relatar a opção pela repatriação feita por alguns japoneses residentes nos Estados Unidos após o término da Segunda Guerra Mundial que se recusavam a acreditar que seu país de origem havia sido derrotado e, assim, apoiaram-se mutuamente para manutenção da sua crença.

Finalmente, notícias e fotos da rendição nipônica circularam nos centros de internamento, notícias essas que foram, é claro, aceitas e acreditadas pela grande maioria. Contudo, os que tinham solicitado repatriação, apoiando-se mutuamente numa tentativa de eliminar a dissonância introduzida por essas informações, rejeitaram a evidência da rendição japonesa. As notícias foram rechaçadas como propaganda americana e quantos haviam pedido a repatriação continuaram a acreditar que o Japão ganhara a guerra. É duvidoso que semelhante crença pudesse persistir por muito tempo, em face de todas as provas desconfiratórias, se o apoio social não fosse tão fácil de obter entre as pessoas que sofriam a mesma dissonância cognitiva.

No trecho transcrito, além do apoio mútuo para redução da dissonância cognitiva, destaca-se outro elemento essencial para manutenção da crença elementar de que os japoneses haviam vencido a guerra: a desinformação. A busca por novas informações que proporcionem uma cognição consonante com o elemento cognitivo mais forte e a evitação de informações que reforcem a dissonância consiste em evidência nuclear da Teoria da Dissonância cognitiva, refletida no exemplo dos japoneses após derrota na II Guerra Mundial, mas também nos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023:

Cada vez mais encapsulados nos acampamentos, os manifestantes pareciam viver em uma bolha informacional ainda mais fechada do que os clusters já sabidamente existentes nas redes sociais. Consumiam apenas as informações que queriam receber. Entre as muitas mentiras compartilhadas destacavam-se: a de que Alexandre de Moraes teria sido preso; a de que o Superior Tribunal Militar teria dado um ultimato ao TSE; a de que Lula teria morrido ou viajado para a Venezuela e teria sido substituído por uma pessoa fantasiada; a de que o “L” feito por Lula na campanha seria um gesto satanista... (Brasil, 2023, p. 543-544).

Assim, consumiam só a informação da própria bolha, em um movimento permanente de diminuição da dissonância cognitiva. Conforme descreve o relatório da CPMI dos atos de 08 de janeiro de 2023, as redes sociais serviram como meio de proliferação de informações falsas que eram reproduzidas entre apoiadores dos atos investigados. Nesse caso, as informações falsas eram compartilhadas em grupos restritos, compostos apenas por pessoas que compartilhavam os mesmos elementos

cognitivos e que, por isso, recebiam de forma inquestionável o conhecimento introduzido.

O uso dos meios de comunicação como instrumento para redução da dissonância cognitiva através da apresentação de informações que, apesar de inverídicas, são consonantes ao elemento cognitivo prevaiente, constitui técnica de manipulação das massas utilizada desde os governos ditatoriais fascistas na Alemanha de Hitler e na Itália comandada por Mussolini. Como analisa Konder (2009), o fascismo foi o primeiro movimento conservador a utilizar métodos modernos de propaganda, criando a sociedade de massas de consumo dirigido. Para tanto, a partir do conhecimento de industriais apoiadores do governo, técnicas comerciais de comunicação foram replicadas para proliferação e enaltecimento do pensamento fascista vigente.

Por ter pragmaticamente renunciado a empenhar-se nas formas necessariamente complexas da elaboração teórica, doutrinária, o fascismo, concentrando-se nas formas simples da agitação, levou vantagem sobre as demais forças representativas da direita e explorou com maior proveito que elas as possibilidades oferecidas pelo rádio (Konder, 2009, p. 48).

Nesse diapasão, verifica-se que as teses formuladas por Festinger sobre a Dissonância Cognitiva (1957) não constituem apenas um elemento comum na conjuntura que cominou nos movimentos fascistas do século XX e nos atos do 08 de janeiro de 2023. Ao contrário, a (i) disseminação orquestrada de informações falsas consonantes aos elementos cognitivos centrais dos apoiadores de cada movimento de cunho fascista e o (ii) estímulo à reunião em grupos restritos à indivíduos que compartilham do mesmo pensamento consonante, evidenciam verdadeira técnica para controle das massas e manutenção da vontade impositiva.

Diante de um mundo em contradição, os sujeitos em dissonância cognitiva estariam dispostos a renunciar aos fatos

Em lugar, pois, de resolver contradições insustentáveis do ponto de vista lógico, mantém-se um pensamento desorganizado, tensionado, à prova de dados, fatos e argumentos. A vontade (ou medo) impõe-se sobre a razão; acredita-se, cegamente, no que se quer acreditar, por mais contraditório que possa ser; e cristaliza-se, com o tempo, uma realidade paralela, impermeável ao princípio estruturante da não-contradição (Brasil, 2023, p. 98).

Por fim, é importante destacar que a teoria da Dissonância Cognitiva de Festinger é citada no próprio relatório final da CPMI dos atos de 8 de janeiro de 2023, o que revela a atualidade de seu poder de análise:

Submetidos a esse assédio cognitivo, a uma avalanche de informações que minam seu sistema de crenças, provocam a dúvida, contradizem o senso comum, e fabricam a ilusão de que tudo são “narrativas”, muitos brasileiros — principalmente os mais vulneráveis à influência digital — perdem a capacidade de discernimento: não conseguem operar juízos de verossimilhança, passam a duvidar de tudo e de todos, e terminam por acreditar apenas no que lhes convém. O resultado da estimulação contraditória é o estágio de estresse psicológico que Leon Festinger, também citado por Carvalho, descreve como “dissonância cognitiva”.

4 Subjetividades e novos fascismos - contribuições da Psicologia Política Latino-americana.

Diante da complexidade da realidade que culminou nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 no Brasil, é preciso reconhecer que não há possibilidade de uma análise neutra por parte da Psicologia. No presente trabalho, exploratório e panorâmico, buscou-se evidenciar o posicionamento ético e político afim de estranhar as ideologias vigentes, inclusive as embrenhadas na própria Psicologia como ciência e profissão.

Um risco premente em análises, a partir da Psicologia, dos fenômenos políticos é a redução psicologizante, fruto do individualismo metodológico que limita ao nível individual e intrapsíquico fenômenos complexos da realidade social. Martín-Baró (2014), importante psicólogo social latino-americano, destaca, no clássico texto de Psicologia Política *Processos Psíquicos e Poder*, tal risco ao afirmar que, ainda que a dimensão psíquica seja um elemento importante para compreensão de certos fenômenos políticos, “a psicologia não pode almejar ser uma hermenêutica da política ou explicar tudo o que é político” (Martín-Baró, 2014, p. 594).

O autor define a Psicologia Política como o “estudo dos processos psíquicos pelos quais as pessoas e os grupos conformam, lutam e exercem o poder necessário para satisfazer determinados interesses sociais em uma formação social” (Martín-Baró, 2014, p. 598). Martín-Baró rompe com uma ideia estabelecida de neutralidade científica que colocaria a psicologia política como mais um discurso ideológico a

serviço do ordenamento político vigente. Dessa forma, busca conscientemente considerar suas possibilidades e assumir os limites da própria perspectiva.

Nesta mesma perspectiva, articulando com a Psicologia Política e propondo uma discussão crítica sobre a noção de subjetividade, Dobles (2023) propõe uma análise sobre as expressões na contemporaneidade das subjetividades fascistas. Segundo o autor, elas se compõem de uma dimensão cognitiva, baseada em argumentos negacionistas ou pseudocientíficos que sustentam uma legitimação da inferiorização ou eliminação do outro; uma dimensão afetiva com apelações míticas que recorrem à mobilização de emoções, ressentimentos, principalmente o ódio e, por fim, uma dimensão simbólica que se dissemina nos aparatos produtores de estatutos de verdade, como a comunicação de massa, governo, propaganda.

Dobles (2023) busca problematizar o fenômeno da fascistização, articulando as dimensões social, intersubjetiva e intrassubjetiva, e como estas dimensões estão conectadas com as engrenagens do capitalismo neoliberal ou, até mesmo, neoliberal. De fato, as expressões do neoliberalismo se transbordam em esquemas cognitivos ou valorativos das pessoas, em quaisquer ações da dimensão humana, em formas concretas de falar, desejar, sonhar, se relacionar o outro. Dessa forma, compreende-se que sim, a subjetividade fascista atual é similar e, ao mesmo tempo, diferente da subjetividade fascista original. As subjetividades fascistas não são coisa do passado e sim desdobramentos da condição política vigente e suas crises.

O ascenso da subjetividade fascista é produto de uma crise sistêmica do capitalismo e apresenta de forma disruptiva e violenta, como uma falsa resposta à tal crise, estimulando e canalizando ódios, ressentimentos e desejos reprimidos, com forte apelo racista que resulta em necropolítica e desumanização de grupos humanos. Há, entre os considerados “cidadãos de bem”, uma mobilização do desejo por um mundo em que não exista o outro, o negro, indígena, refugiado, homossexual, mulher, comunista, muçulmano, considerados como ameaças a uma ideia mítica e supostamente pura de nação (Dobles, 2023).

Por isso, é possível afirmar que a subjetividade fascista não é um problema do passado, tampouco se trata de uma reprodução de ideias estritamente conservadoras, e sim desdobramentos de posicionamentos retrógrados diante das

transformações da realidade. Nesse sentido, torna-se urgente um posicionamento ético e político da produção científica da Psicologia Política, que não se dedicou suficientemente para o tema dos extremismos políticos e produção das subjetividades que os sustentam.

5. Considerações finais

O presente trabalho não pretende esgotar a complexidade das análises construídas e tampouco sinalizar tendências e diretrizes sistematizadas de pesquisa. Trata-se de um esforço de análise de um tema quente e polêmico, que provavelmente será mais elucidado e compreendido com o passar do tempo. Ainda que incipientes, as reflexões propostas aqui, sem o devido distanciamento temporal que contribui para uma análise mais depurada, serve ao menos para marcar posição. De fato, A história julga aqueles que, por ignorância ou negligência, se descuidaram e não se colocaram no embate para enfraquecer a presença e circulação de ideias totalitárias.

Foram desenvolvidas reflexões a partir de diferentes perspectivas teóricas: a análise do fascismo a partir de teorias psicodinâmicas com maior sensibilidade às dimensões coletivas e sociais de Freud, Fromm, Reich e Adorno e até mesmo a abordagem da Psicologia Social Cognitiva de Festinger sobre a teoria da dissonância cognitiva. Fato é que as teorias isoladamente são insuficientes para se compreender o porquê de uma pessoa se tornar fascista ou tolerar o fascismo.

As expressões de uma subjetividade fascista revelam, segundo (Sawaia, 2023) mais do que um regime ou posicionamento político, uma qualidade de relação social baseada no medo da potência do outro e no desejo de eliminá-la por meio do uso de distintas formas de violência que sustentam relações de dominação. A questão é que, nestas relações, todos e cada um de nós, brasileiros e brasileiras estamos envolvidos: ora somos agentes, ora somos testemunhas ou vítimas. Ou estamos o mantendo, autorizando ou enfraquecendo-o, de acordo com nossa posição assumida no entrelace das dinâmicas afetivas (Sawaia, 2023, p. 7).

No final do relatório da CPMI dos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023 constam recomendações para a construção de uma cultura democrática a partir da

discussão e adoção de uma ampla política pública de educação para a democracia. Para isso, é preciso, sim, olhar o passado imediato no retrovisor, mas sem perder a visibilidade dos caminhos que colocam à frente. Uma das principais recomendações do relatório é a instituição da data 8 de janeiro como “Dia Nacional da Resistência Democrática”. Sendo assim, torna-se fundamental que a educação em direitos humanos envolva a memória e a verdade como pilares de uma sociedade que não nega seu passado, mas o reconhece.

É evidente que o fortalecimento de subjetividades fascistas ameaça a construção de uma sociedade mais plural, diversa, garantidora dos direitos humanos e da dignidade humana. Por isso a urgência em se construir mais análises, cada vez mais profundas, depuradas e complexas, a partir da psicologia, para contribuir na construção de um país mais democrático e solidário, que será fruto do desejo e ação de sujeitos livres e conscientes de suas tarefas históricas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BRASIL, 2023. Congresso Nacional. **Comissão Parlamentar Mista de Inquéritos do 8 de janeiro de 2023**: relatório final. Brasília, DF, 2023.

DOBLES, Ignácio; ARAYA, Helga Arroyo. Argumentos sobre subjetividad fascista y afectos. In SAWAIA, Bader; ALBUQUERQUE, Renan; BUSSARELLO, Flávia. (orgs.). **Afeto e autoritarismo**: expressões psicossociais da política brasileira. Taubaté: Letra Selvagem; Manaus: Edua. 2023, p. 15-31.

ENGELS, F. MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, Sigmund. Psicologia de Grupo e a Análise do Ego. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e outros Trabalhos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

FROMM, Erich. **O Medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTIN-BARO, Ignácio. Processos psíquicos e poder. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 591-608, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2023.

O ASSUNTO #877: Por dentro do acampamento golpista. Entrevistados: Anna Reis e Afonso Ferreira. Entrevistadora: Natuza Nery. [S. l.]: Globo, 11 jan. 2023. Podcast. Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/01/11/o-assunto-877-por-dentro-do-acampamento-golpista.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2023.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.